

Antônio Carlos abre fogo contra Ulysses

Ao deixar ontem, no início da noite, o Palácio da Alvorada, depois de conversar longamente com o presidente José Sarney, o ministro das Comunicações, Antônio Carlos Magalhães, criticou duramente o presidente da Assembleia Nacional Constituinte, deputado Ulysses Guimarães. O ministro afirmou que o "doutro Ulysses está conduzindo a Constituinte para ele e não para o País". Antônio Carlos acusou "setores que desejam a desestabilização, com ataques absurdos ao governo".

O ministro foi maquiavélico em suas críticas contra o deputado Ulysses Guimarães. Para Antônio Carlos, não existe risco de interrupção da transição democrática, mas observou que as instituições se enfraquecem quando "figuras responsáveis, como, no caso, o

presidente da Constituinte, fazem ataques desnecessários e genéricos às Forças Armadas". O ministro estava se referindo à declaração do deputado na última quarta-feira, quando chamou de três patetas os militares que formaram a Junta que elaborou a atual Constituição.

Antônio Carlos garantiu que não existe perigo de novo golpe militar, argumentando que não há clima para isso. "Os militares não gostam de dar golpes", observou, ao entrar no carro dando por encerrada a curta entrevista, à porta da residência oficial do Presidente da República.

PRESSA

A Constituinte, segundo o ministro, não está sendo atacada pelo governo. Mas, não acha certo que somente as autoridades judiciá-

rias podem "prender o ladrão, o criminoso comum, como aconteceu na semana passada quando passou isso na Constituinte sem que ninguém reclamasse. Vocês (os repórteres) viram o próprio Ulysses admitir que vai ter que rever na votação em segundo turno", arrematou.

Antônio Carlos criticou a pressa de Ulysses Guimarães para elaborar a Constituição, argumentando que a Carta pode sair imperfeita: "O Brasil precisa de uma Constituição que represente a vontade do seu povo. E a Constituição votada às pressas, com convocação aos sábados e domingos — sem ter tido número na quinta e sexta — é uma demonstração de que não quer fazer um trabalho perfeito", sustentou Antônio Carlos Magalhães.

O ministro confirmou que existe uma campanha

orquestrada contra o governo, mas garantiu que ela não vai atingir os seus objetivos. "O governo não tem que reagir, apenas não vai se deixar envolver no jogo dos adversários do País — não são nem do governo, são do País", disse. Não quis citar ninguém, mas afirmou que os promotores estão dentro e fora da Constituinte, tentando desestabilizar o governo.

Ele acha que a declaração do ministro do Exército, Leônidas Pires Gonçalves, foi perfeita e colocou "todos os pontos", enquanto o recuo do deputado era esperado. "É preciso que se saiba que governo não é o único responsável pelo que acontece". Ele disse que a maior parte dos erros são também do PMDB, e cabe ao partido fazer a defesa do ex-ministro do Planejamento, Aníbal Teixeira.

Programa causa polêmica na Constituinte

Quando foi lançado, dentro de uma campanha para popularizar o presidente Sarney, o programa **Conversa ao Pé do Rádio**, transmitido nas sextas-feiras para todo o País, tinha como alvo definido as faixas C e D da população. Nas últimas semanas, contudo, um público bem diferente tem sintonizado seus aparelhos no monólogo do Presidente: nada menos que os principais líderes da Assembleia Constituinte, atentos às críticas com que Sarney os tem brindado semanalmente.

Este súbito interesse dos parlamentares pela conversa do Presidente podia ser notado claramente ontem nos corredores do Congresso, onde o programa **radiofônico** foi o assunto principal de todas as rodas. Entre os políticos, as reações foram as mais diversas: os amigos de Sarney acham que ele tem todo o direito de criticar a Constituinte; os inimigos afirmam que ele quer é desviar a atenção do povo das mazelas do seu Governo; e há, finalmente, os conciliadores, que pregam a reaproximação do Executivo ao Legislativo como única forma de superação da crise nacional.

RESPEITO

Um dos que rebatem as acusações de Sarney é o senador Fernando Henrique Cardoso, líder do PMDB no Senado. Ele repeliu a afirmação de que haveria políticos interessados em tocar fogo no Brasil: "Ninguém quer isto e uma das maneiras de evitar o incêndio é justamente respeitando a Constituinte".

Também não cabe ao Presidente, na opinião do senador paulista apontar interesses menores entre os que defendem o mandato de quatro anos, pois cada constituinte tem uma visão própria a respeito da duração da transição democrática. Quanto à campanha contra a corrupção no Governo, que no entender de Sarney visaria simplesmente à tomada do poder, Fernando Henrique acha que se deve ir até às últimas consequências na investigação de denúncias concretas.

Isso se aplicaria, inclusive, aos ministros de Estado que insinuam a existência de dossiês incriminando constituintes corruptos. "O que não se pode é fazer acusações vagas, que atingem a todos indiscriminadamente. E a isto, e não às investigações sérias, que cabe ao Presidente cobrir".

Nem todos pensam assim. O deputado Roberto Cardoso Alves, um dos líderes do **Centrão**, considera "perfeitamente naturais" as manifestações de Sarney acerca da Constituinte. "Ora, ele é o pai da criança, foi quem convocou a As-

sembleia e tem todo o direito de criticá-la".

Para o deputado paulista, quando condena o dispositivo que limita as prisões aos casos de flagrante, o Presidente não está procurando criar confrontos com o Legislativo. Pelo contrário: estaria manifestando o sentimento da Nação a respeito do assunto, "pois todos sabem que a violência está se generalizando e, quando alguém é preso, vive na mordomia às custas do dinheiro do contribuinte".

O único ponto de discordância de Robertão em relação à fala de Sarney foi quanto à afirmação de que a campanha contra a corrupção no Governo teria objetivos meramente políticos. O parlamentar paulista não só admitiu que há corruptos no País como chegou a apontá-los como os principais responsáveis pelo emperramento da máquina administrativa. "Quem acusa, contudo, tem o dever de apresentar as provas e só então adquire o direito de exigir punições".

Na mesma linha de raciocínio, o deputado Carlos Sant'Anna, líder do Governo na Constituinte, disse

que o Presidente está utilizando "os meios de que dispõe" para defender sua administração. Ele aproveitou para reclamar de falta de espaço oferecido à sua liderança na Constituinte: "a despeito de todos os meus esforços junto ao Dr. Ulysses, não tenho tempo para falar durante o período de comunicação de lideranças. O resultado é que os discursos que se ouvem durante as sessões são na maioria de crítica ao Governo".

Como Cardoso Alves, Sant'Anna não acredita que haja qualquer interesse do Planalto em agredir a Constituinte ou gerar confrontos entre os Poderes. "O programa está sendo utilizado apenas para a defesa do Governo, o que é absolutamente legítimo".

Para o líder pedetista Brandão Monteiro, entretanto, estabelecer impasses entre as instituições é exatamente o objetivo de Sarney em seus ataques à Constituinte. Afirmando-se melancólico com a fala semanal do Presidente em sua **Conversa ao Pé do Rádio**, o deputado acusou-o de descuidar de suas obrigações como chefe do Executivo para concentrar-se na

tentativa de criar crises artificiais no País.

As referências de Sarney à corrupção foram o ponto mais comentado pelos políticos a respeito do programa de ontem. O senador Carlos Chiarelli, relator da CPI que investiga as denúncias, acha que o Presidente deveria estar apurando os múltiplos casos de irregularidades apontados em seu Governo em lugar de lançar acusações contra membros da comissão de inquérito.

Há quem veja com recelos esta disputa entre os Poderes Executivo e Legislativo. E o caso do deputado Jorge Arbage, 2º vice-presidente e corregedor da Constituinte, que chegou a manifestar o temor de um golpe contra as instituições em decorrência do "descrédito generalizado" nas autoridades por parte da população.

Ao invés de se empenharem numa "luta perigosa", a seu ver, o que o presidente Sarney e os líderes da Constituinte deveriam fazer é costurar um pacto nacional capaz de tirar o País do fundo do poço. "A hora é de união. Se jogarmos na disputa, todos perdemos", advertiu.

GIVALDO BARBOSA



Após presidir a sessão da Constituinte, Ulysses elogiou o papel dos militares

Presidente elogia os militares

O presidente da Constituinte, deputado Ulysses Guimarães, disse ontem que recebia "com tranquilidade" a reação dos militares às suas declarações. Ao comentar a nota divulgada pelo Ministério do Exército, Ulysses defendeu o direito do general Leônidas Pires Gonçalves de se pronunciar, mas sustentou as afirmações que fez após o encontro com o governador de São Paulo, Orestes Quércia.

— Isso não atingiu em nada o registro que faço, com

a responsabilidade que tenho de presidente da Constituinte, de vice-presidente da República e presidente do PMDB — afirmou, descartando a possibilidade de vir a negar as acusações que fez à Junta Militar de 1969.

Ulysses Guimarães fez questão de ressaltar o papel das Forças Armadas e especificamente do Exército, que "tem tido uma atuação de sustentação da democracia e da transição, da maneira mais louvável

possível". Disse ainda que seu relacionamento pessoal com o ministro Leônidas Pires não foi atingido e continua "muito bom".

Mais preocupado com a tramitação das votações no plenário da Assembleia, Ulysses disse que este era um episódio que considerava encerrado, e que sua atenção estava exclusivamente voltada para a negociação do dispositivo relativo à estabilidade, que ele considerou "o gargalo" da constituinte.